

Editorial

Nesta edição, a matéria de capa é sobre a 13ª Conferência Nacional de Saúde, que teve mais de 3 mil delegados inscritos. Dessa vez, a Conferência teve apenas três eixos temáticos: Desafios para a Efetivação do Direito Humano à Saúde no século XXI: Estado, Sociedade e Padrões de Desenvolvimento; Políticas Públicas para a Saúde e Qualidade de Vida: o SUS na Seguridade Social e o Pacto pela Saúde; e A participação da sociedade na efetivação do direito humano à saúde.

No eixo 1, o debate gerou em torno da necessidade de encarar a política de saúde como uma política de Estado, superando o seu caráter neoliberal que reforça uma abordagem compensatória, as desigualdades sociais e o tratamento mercadológico que é dado ao que na realidade deve ser direito de todo cidadão brasileiro. A participação social foi apontada como uma das estratégias de efetivação do SUS que desejamos.

No eixo 2, a Seguridade Social foi o destaque. Foram debatidos e apontados os principais problemas e dificuldades que deverão ser superados para sua efetivação, lembrando ainda a importância da luta pela aprovação da EC29 no Senado Federal.

A mesa-redonda do eixo 3 realizou um balanço do Controle Social no SUS, alertando para a pulverização de alguns conselhos que estão sendo dominados pelo setor privado da saúde e com isso enfraquecendo a participação de outros atores fundamentais para o exercício do controle social.

Como não poderia ser diferente, destacamos também nesta matéria os debates em torno da Educação Profissional e, mais uma vez, estivemos representados por dois diretores das ETSUS de Roraima e do Mato Grosso, que participaram ativamente das discussões. As propostas que disseram respeito às ETSUS foram aprovadas por unanimidade nas plenárias temáticas. Uma delas defendia o fortalecimento das Escolas para que estas efetivamente se transformem em centros de referência regionais e es-

taduais para a formação dos trabalhadores técnicos do SUS.

Você conhecerá, ainda, as duas maiores polêmicas da 13ª: a Fundação Estatal e a questão do aborto.

Na seção Especial, você vai saber como foram as Reuniões Regionais da RET-SUS realizadas no mês de setembro e outubro de 2007, onde as Escolas debateram a Portaria 1966 e pensaram coletivamente o seu papel de pactuação local nas ações de educação profissional em saúde. Cada Escola apresentou um diagnóstico situacional com os avanços e dificuldades de gestão e ao final de cada encontro, traçaram algumas diretrizes e encaminhamentos para atuar neste processo.

Ainda nesta seção, saiba tudo sobre o lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento da Saúde (PAC da Saúde), que aconteceu no início de dezembro. Estruturado em quatro pilares estratégicos: promoção e atenção à saúde: a família no centro da mudança; ampliação do acesso com qualidade; gestão, trabalho e controle social; e desenvolvimento e inovação em saúde, o PAC terá um investimento de R\$ 88,6 bilhões. Para a Gestão do Trabalho e Educação na Saúde estão destinados R\$ 12 bilhões e a qualificação dos técnicos do SUS será realizada por meio do Programa de Formação de Profissionais de Nível Médio para a Saúde (Profaps).

No Espaço do Aluno, você vai conhecer o trabalho dos estudantes do Curso Técnico de Radiologia da UNIMONTES/MG, que organizaram uma campanha de prevenção da osteoporose em um parque municipal de Montes Claros.

E como sempre, continue acompanhando o trabalho das ETSUS em todo o país.

Boa leitura.
Um abraço a todos.

Renata Reis

Secretaria Técnica da Rede de Escolas Técnicas do SUS



Sou tutora de cursos de saúde e gostaria de parabenizar a equipe da Revista pela publicação.

Alessandra Albuquerque

Ubajara – CE

Boa tarde! Sou estudante do curso Técnico em Higiene Dental da Escola de Formação Técnica em Saúde Enfermeira Izabel dos Santos. Tive o primeiro contato com a Revista através de uma amiga. Achei o conteúdo excelente. Certamente esse material é de grande ajuda para nós, estudantes, e para os profissionais da área. Parabéns pela Revista.

Maria De Fátima Goulart

Rio de Janeiro – RJ

Sou há seis anos conselheiro municipal de saúde e gostaria de receber a Revista RET-SUS, que, com certeza, vai me ajudar muito com informações sobre a área da Saúde.

Marcelo Campostrini

João Neiva - ES

Gostaria que a Revista me mantivesse informado sobre a desprecarização dos agentes de endemias de todo o Brasil. Estamos todos aqui em Salvador apreensivos com nossa atual situação. Nosso sindicato tem se mostrado omissos.

Jorge Luiz Lima Maia

Salvador - BA

Reunião Regional das Escolas Técnicas

Diretores das ETSUS discutem a Portaria nº 1.966 e seu p

O Pacto de Gestão, assinado em 2006, trouxe novidades para o cotidiano das Escolas Técnicas do SUS (ETSUS). A partir dele, todos os projetos das ETSUS passaram a ser fruto de discussões entre os gestores municipais e estaduais sobre a prioridade da aplicação de recursos. Para avaliar e subsidiar a articulação local das Escolas, foram promovidas reuniões regionais da RET-SUS, com o tema 'A Gestão da Educação em Saúde no Pacto de Gestão'. O grande foco de discussões foi a Portaria nº 1.966, que estabelece as diretrizes para a implementação da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde.

Em cada um dos encontros, as Escolas se reuniram para discutir o seu papel na pactuação junto aos municípios, para apresentar suas propostas de utilização dos recursos e para mostrar seus avanços e dificuldades. Para a representante da região Centro-Oeste na Comissão Geral da RET-SUS, Eliete Saragiotto, que também é a gerente de formação técnica da Coordenadoria de Ensino, Pesquisa e Extensão da ESP-MT, esse é o principal benefício das reuniões. "Podemos discutir as especificidades de cada Escola, trabalhando nossas dificuldades e desafios. Cada escola apresentou seu modo de trabalho e seus cursos", conta.

Segundo a representante da região Sul, Cláudia Lange, diretora da ETSUS Blumenau, é interessante que sejam feitas reuniões regionais, além da geral. "Dessa forma podemos trabalhar na nossa região, em um grupo pequeno, que vivencia situações semelhantes e tem problemas parecidos. Nossa sugestão é, inclusive, realizar essas reuniões anualmente, sempre precedendo a nacional", comenta.

A região Sudeste inaugurou o ciclo de reuniões, realizando seu encontro nos dias 4 e 5 de setembro, na Escola de Saúde Pública de Minas Gerais (ESP-MG). Nos dias 18 e 19 foi a vez da reunião da região Norte, na Escola Técnica de Saúde de Tocantins. A Escola de Saúde Pública do Estado de Mato Grosso (ESP-MT) abrigou a reunião do Centro-oeste no dia 25. Entre 27 e 28 de setembro, realizou-se no Sul do país, na Escola de

Saúde Pública do Rio Grande do Sul (ESP-RS). Por fim, nos dias 18 e 19 de outubro aconteceu a reunião do Nordeste, no Grand Hotel São Luís, no Maranhão.

No Sudeste, Norte, Nordeste e Centro-Oeste, secretários de estado de saúde estiveram presentes: Marcus Vinicius Pestana Silva, de Minas Gerais, Eugênio Pacceli, do Tocantins, Augustinho Moro, de Mato Grosso, e Edmundo Gomes, do Maranhão, compareceram às reuniões das ETSUS. As Escolas da região Sul contaram com a presença de Vânia Martins e Flávio Magajewski, representantes dos gestores estaduais do Paraná e de Santa Catarina, respectivamente.

Diagnóstico das ETSUS

Entre os maiores problemas apontados pelas Escolas está a falta de investimentos por parte do estado, que acaba gerando uma dependência financeira em relação ao Ministério da Saúde. De acordo com Patrícia Ludmila, suplente na representação da região Norte da Comissão Geral, as ETSUS precisam fortalecer sua autonomia financeira. "Durante a reu-



Abertura da reunião da região Norte, em Tocantins

nião, foi proposto um recurso específico para as Escolas dentro do orçamento do estado, para que não elas não continuem dependendo diretamente dos recursos do Ministério", explica. A representante da região Centro-oeste na Comissão concorda: "Normalmente as Escolas não têm orçamento próprio e isso dificulta muito as nossas ações. Ficamos sempre buscando recursos do Ministério da Saúde, enquanto os estados não investem. Eles ainda não perceberam a importância da formação técnica", diz Eliete.

Outra dificuldade apontada pelos diretores é o fato de o ensino técnico ser reconhecido por apenas alguns gestores. "A maior parte das Escolas tem dificulda-



Diretores das ETSUS da Região Sul se reúnem na ESP-RS

as do SUS: tema é o Pacto de Gestão

Apel na formação dos profissionais de nível médio da saúde

de de aceitação por parte dos gestores e de articulação com as secretarias do seu estado ou município”, observa a representante do Sudeste, Sonia Alves. Mas os diretores das ETSUS da região Norte, durante a reunião, concluíram que suas Escolas já avançaram nesse sentido. “As ETSUS operam de acordo com um modelo diferente do normal, possuindo, por exemplo, cursos descentralizados e formando turmas antes mesmo de ter uma sede própria. Esse modelo custou a ser aceito, mas, agora, é muito mais bem-visto pelos secretários”, argumenta Patrícia Ludmila.

Um outro ponto comum às regiões é o fato de que dificilmente as ETSUS possuem assento nas reuniões da CIB. No Nordeste e no Sul, nenhuma Escola possui essa representatividade direta. No Sudeste, as únicas que a possuem são a Escola de Saúde Pública de Minas Gerais (ESP-MG) e a Escola de Formação Técnica em Saúde Enfermeira Izabel dos Santos (ETIS). No Centro-Oeste, apenas a ESP-MT tem assento e, no Norte, a ETSUS Rondônia é a única. Patrícia Ludmila conta que, em geral, as demais Escolas recebem a seguinte orientação: que participem das reuniões com o Conselho de Secretários Municipais (Cosems) para mostrar seus projetos aos gestores para que eles, em seguida, apresentem as propostas na CIB. Para Eliete, é fundamental marcar presença nas reuniões. Ela ressalta que, apesar de as Escolas trabalharem com a demanda dos municípios, a maior parte ainda tem uma atuação muito tímida no Pacto de Gestão. E chama a atenção ainda para o fato de que os diretores das Escolas podem participar, mesmo sem assento, para apresentar a formação técnica. “O nosso desejo é estar sempre nas reuniões de gestores e das CIBs regionais, pactuar os cursos, ter as ETSUS como um ponto de pauta”, afirma.

Na reunião da região Norte, chegou-se à conclusão de que a inexistência de um quadro fixo de docentes também é um limitador. “Temos um quadro mínimo de funcionários concursados, mas os professores são sempre contratados a cada projeto. Por conta disso, as Esco-



Reunião do Sudeste na ESP-MG

las não conseguem implantar o Ensino Médio integrado, por exemplo”, diz Patrícia.

Algumas Escolas, como a ETSUS Blumenau, mostraram-se também preocupadas com a construção de suas sedes próprias. Um outro desafio foi lembrado pela região Sudeste: promover a modernização da parte administrativa das Escolas. “Precisamos ter meios para isso, porque só assim vamos conseguir entrar de vez no mundo da tecnologia e da educação”, diz Sonia Alves.

Apesar das dificuldades, muitos avanços foram citados pelos diretores das ETSUS. Um dos mais significativos tem a ver diretamente com o Pacto de Ges-

tão: o empenho das Escolas para ter seus projetos aprovados na CIB. De acordo com Eliete, as Escolas têm se esforçado para participar das reuniões e fortalecer a formação de nível médio. “É complicado, porque apenas a direção da ESP-MT tem assento na CIB e, como essa Escola se dedica também ao nível superior, nem sempre é fácil fazer com que se fale sobre a formação técnica. Mas entendemos a importância da nossa presença e estamos nos esforçando para pactuar nossos cursos”, afirma.

As ETSUS também estão felizes com o crescimento da sua estrutura, seja na aquisição de equipamentos e veículos, seja na realização de obras. Foram festejados ainda a capacidade de maior acompanhamento técnico-pedagógico dos cursos descentralizados, a aprovação de projetos de pesquisa e as parcerias com os municípios para a realização de cursos de formação e o crescimento desses cursos.

Durante as reuniões, as Escolas também puderam discutir novas demandas, que devem ser trabalhadas de agora em diante. Segundo o representante da região Nordeste, Adailton Isnal, estes são os assuntos que devem ser levadas para as próximas reuniões da Rede. “Queremos, por exemplo, discutir a possibilidade e a viabilidade de termos o ensino à distância e de implantar o Programa de Educação de Jovens e Adultos (Proeja). Precisamos descobrir como se pode operacionalizar isso dentro de Escolas como as nossas, voltadas para quem já trabalha no SUS”, diz. ■



Reunião da região Nordeste, no Maranhão

PAC da Saúde tem como meta a formação de

Ministério da Saúde assina duas portarias intermini

O Programa de Aceleração do Crescimento na área da Saúde, o PAC da Saúde, foi lançado, no dia 5 de dezembro, em cerimônia no Palácio do Planalto, que contou com a participação do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva; do presidente interino do Senado, Tião Viana (PT-AC); do presidente da Câmara dos Deputados, Arlindo Chinaglia (PT-SP); do ex-ministro da saúde, Adib Jatene; de uma representante dos usuários, Cláudia Amaral; e do ministro da saúde, José Gomes Temporão, que apresentou as propostas do governo para os próximos quatro anos. Estavam presentes também 20 governadores, 18 ministros, além de profissionais da saúde, incluindo sete diretores das Escolas Técnicas do SUS (ETSUS): Sonia Alves, da Escola de Formação Técnica em Saúde Enfermeira Izabel dos Santos (ETIS/RJ); Talita Lima, da Escola Técnica em Saúde Maria Moreira da Rocha (AC); Patrícia Ludmila, da Escola Técnica de Saúde do SUS em Roraima; Viviane Lima, da Escola de Formação Profissional Enfermeira Sanitarista Francisca Saavedra (AM); e Evelyn Cafure, da Escola Técnica do SUS Professora Ena de Araújo Galvão (MS); e André Malhão, da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz).

Chamado de 'Mais Saúde – Direito de Todos', o PAC foi estruturado em quatro pilares estratégicos: promoção e aten-

ção à saúde: a família no centro da mudança; ampliação do acesso com qualidade; gestão, trabalho e controle social; e desenvolvimento e inovação em saúde. Ao todo, serão investidos R\$ 88,6 bilhões – R\$ 64,6 bilhões do Plano Plurianual e R\$ 24 bilhões que dependem da regulamentação da Emenda Constitucional nº 29 pelo Senado e da prorrogação da CPMF. Segundo Temporão, o Mais Saúde foi pensado como “um projeto de construção e cidadania”, citando as palavras do sanitarista Sérgio Arouca (1941-2003).

Gestão do Trabalho e Educação na Saúde estão no pilar 1 e 2 do PAC

‘Gestão, trabalho e controle social’ é o tema do segundo pilar do PAC Saúde, que tem garantidos R\$ 12 bilhões. Dentre as ações propostas, estão a capacitação de 52 mil profissionais de nível superior das equipes do Programa de Saúde da Família (PSF), de 260 mil técnicos de diversas áreas da saúde e 110 mil gestores das três esferas do governo.

A qualificação dos técnicos do SUS será realizada por meio do Programa de Formação de Profissionais de Nível Médio para a Saúde (Profaps), que incluirá os técnicos de radiologia, patologia clínica e citotécnico, hemoterapia, manutenção de equipamentos, higiene dental,

prótese dentária, enfermagem, vigilância em saúde, auxiliar de consultório dentário e agente comunitário de saúde (formação inicial) e cuidadores de idosos. “O PAC inseriu a saúde não mais como um ‘gasto’ e sim como fator de desenvolvimento social”, opinou Maria Helena Machado, diretora do Departamento de Gestão e da Regulação do Trabalho da Secretaria de Gestão do Traba-

lho e Educação na Saúde (Degerts/SGTES/MS). A formação de técnicos se dará também na cooperação internacional com a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e com os países da África, que devem fazer formação em larga escala dos seus profissionais baseados na experiência brasileira do Profae (Projeto de Profissionalização dos Trabalhadores da Área de Enfermagem).

De acordo com Sonia Alves, diretora da ETIS, o PAC, além de contemplar a educação profissional em saúde, tem outros pontos de interesse para as ETSUS. “O Mais Saúde traz temas que precisam estar na agenda das Escolas como, por exemplo, o PSF e a humanização do atendimento no SUS”, disse.

Para Helvécio Magalhães Júnior, presidente do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems), colocar a gestão e o trabalho em saúde como um dos pilares do novo projeto mostra que essas são áreas prioritárias para o SUS. “A grande novidade do PAC é propor a qualificação do gestor do SUS, que sempre foi uma das demandas prioritárias para o Conasems. Além disso, o projeto também prevê a qualificação de 260 mil técnicos da saúde, o que vai suprir uma lacuna importante, já que se deu muita ênfase à formação dos ACS”, afirmou. Na opinião de Helvécio, que assinou junto com Osmar Terra, presidente do Conselho Nacional dos Secretários de Saúde (Conass), o Protocolo de Desprecarização da Saúde, esse é outro ponto fundamental do PAC.

Segundo Osmar Terra, o PAC da Saúde tem propostas bem adequadas ao trabalho na saúde. “O único ponto que faltou e deve ser discutido em breve é a carreira SUS. É preciso garantir que nossos profissionais tenham dedicação exclusiva ao Sistema”, defendeu.

A melhoria da gestão, segundo Temporão, passa também por um novo modelo de administração pública para os hospitais: a Fundação Estatal. De acordo com o ministro, uma das metas do Mais Saúde é aprovar o projeto de lei complementar e as leis ordinárias necessárias para implantar a Fundação nos nove hospitais federais do SUS.



José Gomes Temporão apresenta o Mais Saúde

e 260 mil técnicos e 66 mil cuidadores de idosos

interministeriais para a área de gestão do trabalho na saúde

Comissões Interministeriais para o trabalho na saúde

A gestão do trabalho também foi contemplada em duas portarias interministeriais que foram assinadas durante o lançamento do PAC: uma com o Ministério do Trabalho e Emprego e outra com o Ministério da Defesa. “Os ministros das duas pastas perceberam que precisamos buscar soluções definitivas para o SUS”, disse Maria Helena.

A primeira portaria cria uma comissão interministerial de emprego e trabalho na saúde. “O objetivo é criar um espaço político permanente entre os dois ministérios envolvendo graves e importantes questões no mundo do trabalho. Do mesmo jeito que a Gestão da Educação buscou sua parceria com o Ministério da Educação, com a criação da Comissão Interministerial de Gestão da Educação, queremos, com essa portaria, discutir e formular políticas conjuntas com vistas à rápida e sólida construção de políticas sociais de proteção ao trabalhador da saúde e melhoria da gestão do trabalho”, afirmou a diretora do Degerts.

Já com o Ministério da Defesa, foi assinada a Portaria Interministerial nº 3.139, que cria grupos de trabalho para a saúde em áreas de difícil acesso. “O grupo de trabalho interministerial (GTI) criado para essa portaria tem a responsabilidade de formular políticas para o grave problema de ausência de profissionais de saúde em áreas inóspitas e de difícil acesso para apresentar aos respectivos fóruns de pactuação e decisão dos Ministérios da Saúde e da Defesa. A opção de parceria com o Ministério da Defesa deveu-se fortemente à longa experiência dos militares em lugares longínquos, especialmente áreas fronteiriças e da Amazônia Legal”, explicou Maria Helena.

Defesa da CPMF marcou lançamento do PAC

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em seu discurso no lançamento do PAC da Saúde, fez um apelo aos senado-



Presidente da República pede aprovação da CPMF pelo Senado

res para que a prorrogação da CPMF (Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira) seja aprovada. Segundo ele, não é hora de disputas políticas porque, caso o imposto não permaneça, quem sairá prejudicada é a população brasileira, principalmente as camadas mais pobres, que usam exclusivamente o Sistema Único de Saúde. “Em algum momento os senadores terão que apertar o botão. E o que tem que ser levado em conta nessa hora é que o ganhador dessa discussão é o povo brasileiro, os mais humildes”, disse.

Lula sugeriu que os senadores discutam a necessidade da CPMF com os governadores para entenderem a importância que a Contribuição tem para cada estado. “Seria importante que governadores e senadores reflitam sobre o que significaria a não aprovação da prorrogação da CPMF”, sugeriu, lembrando que ele próprio já foi contra o chamado ‘imposto do cheque’, mas que percebeu seu erro assim que assumiu a Presidência da República. “A gente vai aprendendo com o tempo. O Brasil não pode prescindir da CPMF”, defendeu.

Em relação ao PAC da Saúde, Lula elogiou a iniciativa do ministro da saúde e falou da importância de a população fiscalizar a aplicação dos recursos do Mais Saúde. “Estou convencido que o

Temporão e sua equipe vão criar um conselho gestor para acompanhar a gestão dos recursos”, finalizou.

O presidente da Câmara, Arlindo Chinaglia, afirmou que investir em saúde é distribuir renda. “Se concordarmos que investimento em saúde significa distribuição de renda, percebemos que o Estado tem que arrecadar”, defendeu.

E lembrou que a Câmara dos Deputados já fez a sua parte para ajudar o financiamento da saúde. “Regulamentamos a Emenda Constitucional 29, que dará R\$ 24 bilhões ao Mais Saúde”, completou.

O ex-ministro da saúde, Adib Jatene, também elogiou a nova proposta para o SUS. “Falando em nome do pessoal da saúde, estou me sentindo reconfortado por o governo está se envolvendo num projeto de grande porte como esse”, disse. E lembrou que a briga pelo financiamento da saúde ainda acontece porque os recursos da Seguridade Social nunca foram para o SUS. “O orçamento da Seguridade não foi regulamentado. Se tivesse sido, teríamos dinheiro para a saúde”, afirmou, mostrando-se otimista na resolução do problema do financiamento. “Luto há mais de 40 anos pela saúde. Quando estive no governo tentei resolver isso e continuo acreditando que vamos resolver o problema financeiro. Não aceito as limitações que a área econômica impõe à saúde”, disse.

Tião Viana, presidente interino do Senado, disse não acreditar que o que está em jogo no Congresso seja um problema entre governo e oposição e sugeriu que, mais do que a prorrogação, é preciso que a CPMF vire uma lei. “Poderia se chamar Lei Adib Jatene”, defendeu. ■

13ª Conferência Nacional de Saúde: rel a

Diretores das Escolas Técnicas do SUS

A descriminalização do aborto e a criação da Fundação Estatal foram os dois pontos polêmicos da 13ª Conferência Nacional de Saúde, que aconteceu entre os dias 14 e 18 de novembro deste ano, em Brasília. E as discussões já estavam anunciadas: ao chegarem ao pavilhão de exposições do Parque da Cidade, Expo Brasília, as 4.750 pessoas cadastradas como delegados, observadores ou convidados da 13ª CNS, já viam faixas de diversos segmentos, com manifestações da militância.

Já na mesa de abertura, o assunto que prevaleceu foi o financiamento, com ênfase na regulamentação da Emenda Constitucional 29 e na prorrogação da CPMF (Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira). Estavam presentes na mesa o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva; o ministro da saúde e

presidente da 13ª CNS, José Gomes Temporão; o presidente do Conselho Nacional de Saúde e coordenador-geral da 13ª CNS, Francisco Batista Júnior; o presidente da Câmara dos Deputados, Arlindo Chinaglia; o presidente interino do Senado, Tião Viana; o representante da Organização Pan-Americana de Saúde no Brasil (Opas), Rubem Figueroa; o presidente da Frente Parlamentar de Saúde, Darcísio Perondi; o presidente do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems), Helvécio Magalhães Júnior; o presidente do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass), Osmar Terra; o secretário-geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Dom Dimas Lara; e o ministro da saúde de São Tomé e Príncipe, Arlindo Carvalho.



Virginia Damas/CCI/ENSP/FIOCRUZ
Autoridades na abertura da 13ª CNS

José Gomes Temporão abriu oficialmente o evento, informando que a 13ª CNS bateu o recorde de participação, com mais de três mil delegados e destacando que sua maior preocupação no momento era o financiamento da saúde. “Depois de aprovarmos a EC 29 na Câmara, estamos correndo o risco de esse avanço se perder caso a CPMF não seja prorrogada. Só este ano, os R\$ 16 bilhões da CPMF que foram para a saúde financiaram internações, cirurgias, partos e exames laboratoriais.

Conferência Magna: Temporão apresenta novas propostas para o SUS

O PAC da Saúde, que foi lançado tempos depois da Conferência, no dia 5 de dezembro (ver pág. 4), foi apenas introduzido na Conferência Magna do ministro da saúde, José Gomes Temporão, intitulada ‘Saúde e desenvolvimento. Crescimento, transformação e equidade. Ações prioritárias 2008-2011’.

Segundo Temporão, para esse estudo, foi preciso olhar para trás, perceber o que o SUS já conquistou e entender quais são os desafios que a saúde tem pela frente. “Temos que entender a saúde como espaço de política. O SUS não é uma receita pronta. Até 1988, tínhamos dois tipos de brasileiros: os que tinham carteira assinada e direito à saúde e os que não tinham direito a nada. Uma situação muito injusta. Hoje, o SUS é uma política de Estado. E precisa de



mais recursos. Por isso, lutei pela regulamentação da EC 29 e para que esse recurso esteja vinculado a essas novas propostas para o SUS. É preciso que a sociedade saiba quais são os destinos desses recursos”, disse.

Temporão defendeu também uma política integrada de saúde e educação. “Queremos que nossas escolas, inclusive as escolas técnicas, tenham ensino integrado”, disse, afirmando que a qualifica-

ção dos profissionais da saúde será uma das prioridades. “Milhares de profissionais técnicos e de nível superior serão qualificados nos próximos anos”. Outro ponto da proposta é a inovação do modelo de gestão do SUS. “Vamos avançar na contratualização, estabelecendo contratos de gestão. E haverá a criação de um fundo para premiar estados e municípios que cumprirem suas metas”, afirmou.

Ao todo, a nova proposta do ministério para os próximos anos é composta por sete eixos: promoção da saúde e ações intersetoriais; complexo industrial e de inovação; força de trabalho em saúde; participação e controle social; qualificação da gestão; cooperação internacional; atenção à saúde: assistência e vigilância.

Relatório final tem propostas sobre ETSUS

S participaram como delegados na CNS

Se não tivermos a prorrogação da CPMF, vamos correr o risco de não regulamentarmos a Emenda 29”, alertou.

O presidente interino do Senado, Tião Viana, disse acreditar na regulamentação da Emenda 29. “Com ela teremos um aumento de R\$ 50 bilhões até 2011. Não é tudo que queremos, mas foi o que conseguimos”, afirmou. E fez um apelo aos participantes da 13ª: “Use mais o Congresso Nacional. Cobrem mais. Isso vai elevar o debate no nosso país. Nós temos o dever de fazer mais pela classe trabalhadora”, disse.

O presidente Lula também se mostrou otimista em relação à prorrogação da CPMF. “Eu estou tranqüilo. Estamos num país democrático, com Câmara e Senado. Mas acho importante que a bancada da saúde no Congresso mapeie quanto da CPMF vai para cada estado e pergunte ao governador se ele pode prescindir desse dinheiro. Se puder, isso significa que não vamos ter problemas caso a prorrogação não seja aprovada”, disse, completando: “O que está em jogo não é só a CPMF, mas a EC 29 também. E os senadores vão ter que dizer se vão ou não inviabilizar isso. A minha parte estou fazendo. E quero que os senadores, da forma mais democrática, façam a sua parte também”, afirmou.

Lula ressaltou ainda a importância do Programa de Saúde da Família (PSF) e dos agentes comunitários de saúde (ACS) para o SUS. “Já temos 220 mil ACS, 26% a mais do que no início do meu governo. E eles estão nas 27 mil equipes do Programa de Saúde da Família, que beneficia 47% da população brasileira”, quantificou.

E terminou sua fala se dirigindo diretamente aos delegados na 13ª CNS: “Vocês podem orientar o governo federal a elaborar políticas de saúde. Espero que tenham grandes decisões aqui”, completou.

Por fim, Francisco Batista Júnior, presidente do Conselho Nacional de Saúde (CNS), disse aos participantes da 13ª CNS que eles têm o desafio de fazer o debate da gestão do Sistema e do trabalho. “É preciso que quando cada um de vocês sair daqui, façam a exigência do cumprimento do que foi deliberado na Conferência”, pediu.

Como funcionou

A 13ª Conferência teve apenas três eixos temáticos – um para cada dia de evento. Cada um dos eixos ganhou uma mesa-redonda correspondente, na qual palestrantes – escolhidos pelos usuários, gestores e trabalhadores – discutiram os temas a fim de subsidiar a votação das propostas nas plenárias.

As plenárias temáticas — dez ao todo — aconteceram simultaneamente. Cada sala tinha em média 300 delegados e a leitura das propostas só começava com um quorum mínimo de 150 delegados. No último dia, foi realizada a plenária final, em que foram votadas as propostas que não tiveram 70% dos votos em mais da metade das plenárias temáticas, além das propostas inéditas e moções.

O relatório final estará disponível em dezembro no site do Conselho Nacional de Saúde (www.conselho.saude.gov.br).

Saúde e Desenvolvimento

A mesa-redonda referente ao eixo 1 (Desafios para a Efetivação do Direito Humano à Saúde no século XXI: Estado, Sociedade e Padrões de Desenvolvimento) foi composta por Clair Coelho, representante da Rede Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos; Fernanda Lopes, representante do Comitê Técnico da Saúde da População Negra do Ministério da Saúde; Luiz Dulci, secretário-geral da presidência da república; e Raquel Rigotto, representante do Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais.

Clair Coelho começou com uma análise do desenvolvimento do sistema capitalista no Brasil. “Hoje, no início do século XXI, nós somos considerados mercadoria. E vemos o corpo humano ser vendido e comprado em partes. Hoje se vende sangue, medula, gameta, órgão de reprodução, feto, célula”, afirmou, completando: “Nosso desafio como delegados e militantes da saúde é, em primeiro lugar, superar as políticas neoliberais. Além disso, temos que entender o significado ideológico das palavras, ter informação para superar a alienação e organização para lutar contra as discriminações, os preconceitos e os fundamentalismos. E, acima de tudo, nos prepararmos para o controle social”. A representante da Rede Feminista alertou, ainda, para o aumento das desigualdades sociais. “Estamos na terceira guerra mundial, a guerra do capital financeiro. Os organismos internacionais exigem a redução de gasto público. É por isso que não conseguimos dinheiro para a saúde”, afirmou.



Desenvolvimento e saúde são pautas do primeiro dia

Para Fernanda Lopes, a saúde deve ser política de Estado, atendendo a todos os cidadãos integralmente. “Mas as desigualdades sociais se fazem presentes em todos os espaços e, hoje, observamos restrições de acesso aos benefícios dos organismos públicos governamentais”, disse, lembrando que a saúde faz parte dos direitos humanos dos cidadãos: “Quando situamos a saúde como direito humano, isso significa dizer que ela é algo indivisível, universal e interdependente. O direito à saúde só pode ser promovido e efetivado quando os demais direitos também são observados: o direito a não ser discriminado, a ter uma vida sem violência, à liberdade e à autonomia sobre seu corpo em qualquer fase da vida, à livre orientação sexual, ao acesso à informação”, avaliou. E explicou que tipo de desenvolvimento ela espera para o país. “Não estamos falando do desenvolvimento econômico. Queremos mais do que isso. Nossa perspectiva é um desenvolvimento com a ampliação das liberdades fundamentais. O modelo que pretendemos alcançar não tem possibilidade de existir, se as fontes de privação de liberdade que estão colocadas hoje na sociedade se mantiverem. A pobreza e a tirania incrementam a privação da liberdade. A omissão dos serviços públicos governamentais também. Então, a sociedade civil tem o papel

de um agente mobilizador, articulador e cobrador da efetivação dos direitos humanos. O controle social é o agente de vigilância pela efetivação dos direitos humanos”, completou.

Luiz Dulci defendeu a participação popular como fator fundamental para a efetivação dos direitos à saúde. “Vocês sabem melhor do que eu que o SUS, que é uma grande conquista da sociedade brasileira, só foi garantido por causa dos movimentos populares de saúde. Foram vocês que asseguraram essa prática de participação”, disse, elogiando a realização de conferências de saúde. “Governar com e sem conferências faz uma grande diferença. É fundamental que se garanta o espaço que a sociedade civil conquistou na elaboração de políticas públicas”, avaliou.

Raquel Rigotto foi aplaudida de pé pelos delegados quando criticou o desenvolvimento de políticas compensatórias para a saúde. “Existe uma idéia de que o desenvolvimento é o único caminho para o bem-estar social. Acontece que as características desse desenvolvimento passam por um Estado subjugado ao poder do capital. Então, o governo tem realizado políticas compensatórias para a área social. Mas elas são insuficientes e não resolvem o problema. Precisamos de outro caminho e essa Conferência tem essa responsabilidade. É hora de se perguntar se o SUS vai continuar

gastando recursos na doença decorrente desse tipo de desenvolvimento”, disse, completando: “Do mesmo jeito que construímos o SUS, podemos construir um outro tipo de desenvolvimento. E espero que a 13ª CNS tenha esse papel”

Seguridade Social e Pacto pela Saúde

O tema da mesa-redonda que subsidiou as discussões do eixo 2 foi ‘Políticas Públicas para a Saúde e Qualidade de Vida: o SUS na Seguridade Social e o Pacto pela Saúde’. Participaram como palestrantes José Marcos de Oliveira, representante do Movimento Nacional de Luta contra a Aids; Ivanete Bosquetti, professora do Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília (UnB); Roberto Gouveia, ex-deputado federal; e Sônia Fleury, presidente do Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (Cebes).

José Marcos explicou aos presentes o conceito de Seguridade Social. “É um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social. E a Seguridade entrou no plano legal da Constituição Federal de 1988”, resumiu. Segundo ele, é preciso, na 13ª CNS, retomar esse conceito constitucional. “Não dá para desassociar a saúde da assistência e da previdência. É preciso ampliar o debate e discutir um sistema único de Seguridade Social”, defendeu.

Ivanete Bosquetti explicou por que a Seguridade Social não se consolidou no Brasil. “A Seguridade funcionou apenas na saúde, que foi a única que incorporou o princípio da universalidade. Nossa previdência e assistência são restritas. A previdência, por exemplo, só atende cerca de 57% das pessoas ocupadas. E as reformas que aconteceram serviram apenas para abrir caminho para os planos privados de previdência. Na área da assistência social, o Sistema Único de Assistência Social, o SUAS, é um avanço, mas está restrito a alguns municí-

prios e ainda é muito voltado para idosos e portadores de necessidades especiais”, explicou.

Outro problema para a efetivação da Seguridade, segundo ela, é a diversidade de financiamento necessário para sua universalização, o que ainda é um projeto. “Não há diversificação das fontes, que vem principalmente da contribuição de trabalhadores e empregadores. Só em 2006, essas con-

são desvinculados 20% do orçamento da Seguridade, os recursos que ficam são insuficientes para ampliar as políticas de saúde, previdência e assistência. Só em 2006 foram retirados R\$ 33,8 bilhões, três vezes mais que o próprio gasto na política de Seguridade”, afirmou.

Segundo Ivanete, é importante entender que o orçamento da Seguridade é usado para assegurar o pagamento do

autorização, foi feito a partir da proposta aprovada na 12ª CNS. “Foi um grande avanço a aprovação da EC 29 na Câmara. Agora, temos que zelar por sua regulamentação no Senado. Mas é preciso tentar garantir que a União aplique na saúde 10% das receitas correntes brutas. Foi a 12ª Conferência que definiu esse valor e a 13ª precisa manter essa posição”, defendeu.

Já a presidente do Cebes, Sônia Fleury, separou didaticamente os três assuntos que ela gostaria de tratar no debate do eixo 2: desenvolvimento, Seguridade Social e Pacto pela Saúde. Segundo ela, a visão de desenvolvimento que predominou no século XX foi a de progresso industrial. “Não houve uma preocupação em investir no desenvolvimento tecnológico. Por isso, apesar de o PIB do Brasil ter crescido muito nas últimas décadas, não houve investimento em ciência e tecnologia. Dependemos de insumos internacionais. E não vamos ter democracia sem cidadania nacional. É esse processo que está pendente”, disse, afirmando que hoje o país vive uma conjuntura favorável para resolver as questões sociais pendentes. “O governo saiu de um Estado mínimo para um projeto de desenvolvimento nacional. Mas esse desenvolvimento ainda está marcado pela questão econômica, como o Programa de Aceleração do Crescimento, que é bom, mas insuficiente. É preciso lutar pela introdução de um desenvolvimento democrático na área econômica porque ainda temos uma economia neoliberal. Não adianta prorrogar a CPMF se os juros não diminuírem. É necessário discutir a política monetária”, afirmou. E fez um pedido aos delegados da 13ª: “Não podemos sair daqui sem discutir a reforma política”, disse.

No que diz respeito à Seguridade Social, Sônia afirmou que ela “não pegou” por culpa dos próprios militantes do SUS. “A saúde sempre teve medo de perder recursos. Mas acho que já está na hora de percebermos que para o SUS ser universal é preciso ter Seguridade Social e seu orçamento dividido democraticamente pela saúde,



Virgínia Damas/CCI/ENSP/FIOCRUZ

Palestrantes falam sobre seguridade

tribuições corresponderam a 46% do orçamento da Seguridade, enquanto a União contribuiu com apenas 3%”, explicou, mostrando para onde vão as despesas. “Em termos proporcionais, a previdência fica com aproximadamente 80% desse recurso, seguida da saúde, com 16%, e da assistência, com 4,5%”.

Além disso, de acordo com Ivanete, desde 1994, vem ocorrendo um processo de apropriação indevida de recursos do orçamento da Seguridade Social pela Desvinculação das Receitas da União (DRU). “Isso retira recursos que deveriam ir para as políticas sociais. Sem a DRU, o orçamento da Seguridade seria tão superavitário que poderia ampliar a política de saúde, de previdência e da assistência. Segundo os cálculos do Instituto de Política Econômica Aplicada (Ipea), o superávit seria de R\$ 13 bilhões. Já o Tribunal de Contas da União avaliou em R\$ 19 bilhões. Mas, como todo ano

superávit primário do país. “Para que o superávit econômico seja possível, vêm sendo retirados anualmente 20% do orçamento da Seguridade Social. Só em 2004, esses recursos foram responsáveis por 80% dos recursos do governo federal para garantir o superávit primário”, explicou.

A palestrante ressaltou ainda que em relação ao PIB, o orçamento da Seguridade estagnou. “O crescimento é praticamente vegetativo. Ou seja: enquanto cresce a população, crescem as necessidades sociais, aumentam as diferenças sociais, mas o orçamento da Seguridade, apesar de ter um aumento nominal, percentualmente em relação ao PIB, teve um estacionamento. Entre 2000 e 2006, a assistência cresceu 385%, a previdência, 128% e a saúde, apenas 100%”.

O ex-deputado Roberto Gouveia, muito emocionado, falou da importância da Emenda Constitucional nº 29, cujo projeto de lei, de sua

assistência e previdência. Hoje, estamos fragmentados, o que nos fragiliza e dificulta o nosso debate com o governo”, avaliou, colocando novamente outra questão para os participantes: “Ou saímos daqui com uma proposta da Conferência para a Seguridade Social, ou nada acontecerá. É preciso fortalecer a assistência, que não passou por uma reforma democrática. Também não avançamos na pauta de benefícios da previdência. Não vamos ter SUS universal com metade da população brasileira sem aposentadoria. Temos que romper com essa fragmentação da sociedade”.

Sobre o Pacto pela Saúde, a presidente do Cebes alertou os participantes para o fato de o país estar passando por um momento propício para a efetivação do pacto. “Depois da 8ª CNS, foi a primeira vez que o presidente da República esteve presente na Conferência Nacional de Saúde. O governo, nesse momento, não é nosso inimigo. Temos uma correlação de forças favoráveis”, festejou.

Participação Social no SUS

O controle social foi tema da mesa-redonda do eixo 3, composta por Humberto Jacques, procurador-chefe da Procuradoria Regional da República da 4ª Região; Mário Scheffer, ex-conselheiro nacional de saúde na representação dos usuários; Helvécio Miranda Magalhães Júnior, presidente do Conasems; e Manoel José dos Santos, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (Contag).

Humberto começou sua palestra falando sobre a evolução da participação social no SUS. “Hoje temos uma Conferência organizada, um presidente no Conselho Nacional de Saúde que foi eleito e pôde abrir este encontro ao lado do presidente da República, do Senado e da Câmara. Isso é um sinal de como avançamos. Estamos vivendo aqui um grande banquete democrático”, afirmou. Mas, segundo ele, chegou o momento de análise e crítica da participação social na saúde. “É mais do que tempo de,



Virginia Damas/CCI/ENSP/FIOCRUZ

Controle Social é tema do terceiro eixo

além de comemorarmos o que já fizemos pelo SUS, chegarmos à fase de construção. Isso porque as próximas gerações indagarão o que fizemos pelo futuro do Sistema. Temos que edificar os passos seguintes do que temos. Estamos aqui para ditar caminhos para o futuro. É um momento de guinada. Mas para onde estamos indo?”, questionou.

Mário Sheffer concordou que a participação social no SUS mudou. “Ainda não tínhamos sentado para discutir o papel do controle social, que é a cara do SUS”, disse, propondo uma discussão sobre os problemas dessa representação. “Temos crises e contradições no controle social. Muitos conselhos de saúde, por exemplo, ainda não exercem seu caráter deliberativo. Outro problema é a realização das conferências estaduais e municipais. Este ano, muitas foram feitas a toque de caixa e não tiveram a participação do gestor. Muitas foram reduzidas à plenárias de votação de delegados. É preciso valorizar essas etapas que precedem a discussão nacional”, avaliou, fazendo uma crítica também à etapa nacional. “As propostas que serão votadas nesta Conferência estão fragmentadas, o que mostra que é preciso mudança. Temos que reinventar a democracia no SUS. Hoje, temos uma democracia burocrática. Tudo virou um jogo de poder. E muitas vezes ganha quem grita mais alto e o interesse da coletividade fica prejudicado por interesses menores”, disse.

Outra crítica do palestrante é o fato de a sociedade em geral desconhecer o SUS. “Houve um divórcio entre a sociedade e o SUS. Temos que buscar uma participação ampliada. Se não fizermos isso, vai crescer o projeto que encolhe as políticas sociais. A sociedade precisa saber que não existem dois sistemas de saúde: um público e um privado”, afirmou.

Para o presidente do Conasems, “é preciso dar uma oxigenada no controle social”. Segundo ele, as conferências e os conselhos de saúde estão sendo palco de debates menores. “Tem muito dono de hospital ou plano privado disfarçado de gestor que faz uma apropriação privada dos espaços públicos que são os conselhos e as conferências de saúde”, criticou.

Manoel dos Santos também alertou para os problemas enfrentados nos conselhos de saúde. “Há uma pulverização dos conselhos e o uso desse espaço para defender interesses de grupos específicos. Temos que ter cuidado com isso, pois só a participação popular pode se articular com a sociedade e mudar o SUS”, disse.

O que ficou para a Plenária Final

Do eixo 1, nove propostas precisaram ser votadas na plenária final, sem contar as 108 propostas inéditas, sugeridas pelos delegados ao final de cada plenária temática.

Já no eixo 2, das 286 propostas, oito foram para a discussão final. Destas somente duas (uma que dizia respeito ao aumento do repasse dos estados para a média e alta complexidade e outra que estabelecia o prazo de 60 dias para a desabilitação de uma equipe do PSF em caso da falta de algum profissional) foram aprovadas e estarão no relatório final. Além disso, foram votadas mais 163 propostas inéditas.

No eixo 3, apenas três propostas do foram para a plenária final, sendo todas suprimidas pelos delegados. Entre elas, estava o texto que sugeria a abertura de vagas de delegados para entidades que recebessem recursos públicos no segmento de prestadores. Foram votadas ainda 102 propostas inéditas e 151 moções.

Educação Profissional em Saúde na Conferência

As questões que contemplavam a Educação Profissional em Saúde e o trabalho dos agentes comunitários de saúde (ACS), especificamente, foram aprovadas por mais de 70% dos delegados em pelo menos seis plenárias, seguindo direto para o relatório final. Os delegados aprovaram, por exemplo, questões como o cumprimento da lei 11.350, que regulariza os vínculos dos ACS e agentes de combate às endemias (ACE), a revisão da Portaria GMS 648/2006, que aprova a Política Nacional de Atenção Básica, a integração das ações dos ACE com a dos ACS e a adequação do número de famílias visitadas por agentes. As Escolas Técnicas do SUS apareceram em duas propostas, que foram aprovadas por unanimidade pelas plenárias temáticas. Uma dizia respeito à realização da educação permanente dos conselheiros de saúde, ACS, atendentes de consultório dentário (ACD) e demais trabalhadores da saúde pelas ETSUS e a outra defendia o fortalecimento das Escolas, a fim de transformá-las em “verdadeiros centros de referência regional/estadual”.

Segundo Patrícia Ludmila, diretora da ETSUS Roraima e delegada na 13ª no segmento de gestores, o aumento de visibilidade das Escolas Técnicas do SUS começou nas conferências municipais e estaduais. “Em Roraima, a Escola foi a todas as conferências para participar na elaboração das propostas. Propusemos o fortalecimento das ETSUS, que foi aceito e entrou no documento do eixo 2”, disse. Fabiano Borges, diretor da Escola de Saúde Pública de Mato Grosso também esteve presente na 13ª CNS. “Uma das preocupações no nosso estado foi levar para a Conferência Nacional propostas de produção de conhecimento de ciência e tecnologia. Também apoiamos o fortalecimento das ETSUS”, afirmou.

Maria Helena Machado, diretora do Departamento de Gestão e Regulação do Trabalho em Saúde da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (Degerts/SGTES/MS), lembrou que o fortalecimento das ETSUS já tinha sido pauta da 12ª CNS. “Mas é sempre bom ver, numa Conferência Nacional, que as ETSUS estão indicadas como instrumentos de gestão do trabalho. Reconhecer as ETSUS significa reconhecer um trabalho político que está sendo feito”, comemorou.

Fundação Estatal e aborto: as polêmicas

A questão do aborto apareceu logo na mesa-redonda que subsidiou as discussões do primeiro eixo. Clair Coelho, uma das palestrantes, que é representante da Rede Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos, defendeu a descriminalização do aborto como um tema relacionado à saúde da mulher. “A morte ligada ao ciclo da gravidez nunca aparece entre as dez primeiras causas de óbito da mulher. No entanto, 92% dessas mortes maternas são evitáveis. E é aí que se situa a alta mortalidade por aborto. O risco de a gravidez das mulheres negras terminar em aborto é de 9,4%; no caso das pardas, fica em 5,2% e, das brancas,

em 3,2%. Portanto, nós morremos de hipertensão, infecção, hemorragia e aborto”, afirmou. E continuou: “As maiores causas de adoecimento e morte das mulheres são as condições de trabalho, a pobreza, a precariedade da assistência, a clandestinidade do aborto, os dados precários para o planejamento da prevenção da gravidez indesejada. A questão do aborto é reduzida à discussão de quem é a favor ou contra. E as mulheres que querem a legalização são taxadas de assassinas. É um bate-boca inútil porque as mulheres continuam morrendo”.

Mas o auditório onde aconteceu a plenária final já anunciava como seria o desfecho dessa polêmica. Ao lado do palco e do telão, exibia-se um cartaz com a foto de um bebê em posição fetal e a frase ‘Vida ou Morte: de que lado você está?’, encomendado pela Pastoral da Criança, o CNBB e a diocese de Osasco e Carapicuíba. Tudo isso para tentar suprimir do relatório final a proposta nº 37 do eixo 1, cujo texto “assegurar os direitos sexuais e reprodutivos, respeitar a autonomia das mulheres sobre seu corpo, reconhecendo o aborto como problema de saúde pública e discutir sua discriminação por meio de projeto de lei” teve apenas 30% dos votos de aprovação das plenárias temáticas. Deu certo. “Como a defesa dependia de uma aprovação da plenária e ela não queria discutir o assunto, a maioria votou pela não manutenção da proposta”, criticou Clair. Curiosamente, a mesma plenária aprovou uma proposta de incentivo às pesquisas com células-tronco.

A proposta da Fundação Estatal, que também foi recusada pela maioria dos delegados, já vinha causando polêmica mesmo antes da Conferência. Ela foi levemente mencionada na fala de Ivanete Bosquetti, durante a mesa-redonda do eixo 2, como desnecessária. Defendendo a abertura de novas fontes de financiamento, a professora da Universidade de Brasília disse que, com um orçamento maior, não haveria necessidade de se criar a Fundação Estatal. “Bastaria uma reestruturação e o fortalecimento da rede pública de serviços. Com mais recursos, certamente daremos conta da



Delegados esperam pela plenária final

prestação de serviços públicos de saúde para toda a sociedades brasileira”, opinou.

Mas a prova maior da resistência dos participantes da 13ª CNS a esse modelo de gestão para a saúde foram as vaías que a presidente do Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (Cebes), Sonia Fleury, recebeu por ter apenas defendido o debate sobre esse tema. “Precisamos discutir essa proposta. O fato é que os hospitais estão mesmo num momento muito ruim. Mas é preciso que os trabalhadores sejam contratados por CLT? Não sei, precisamos ir para o debate”, disse, completando: “Estamos queremos vetar sem discutir”.

A Fundação Estatal exemplifica, para Jorge Solla, secretário estadual de saúde da Bahia, a falta de um aprofundamento das discussões que, segundo ele, caracterizou toda a Conferência. “O debate sobre a Fundação Estatal foi impedido nessa Conferência. A proposta que nós da Bahia colocamos no segundo eixo foi simplesmente excluída do consolidado que deveria ser votado nas plenárias temáticas, entrando depois como uma errata. Houve uma atitude antidemocrática e preconceituosa para impedir o debate dessa proposta”, afirmou, revelando que mesmo que a maioria dos delegados tenha votado con-

tra a Fundação, o estado da Bahia vai colocar o projeto em prática. “Não temos que esperar o Congresso aprovar a Fundação Estatal. Temos uma lei estadual que permite operacionalizarmos a Fundação no nosso estado”, disse.

Críticas à Conferência apontam falta de debate

A relatora e representante do Cebes no Conselho Nacional de Saúde, Lígia Bahia, achou que faltou debate na 13ª Conferência Nacional de Saúde. “Nas plenárias temáticas, não houve tempo para os debates. Foram muitas propostas e a leitura foi muito cansativa, dando a impressão de que estávamos numa missa, com pouca discussão geral. Além disso, havia muitas propostas fragmentadas”, avaliou. Para ela, o grande número de propostas não permite um relatório final com diretrizes políticas. “O relatório final, em tese, deveria ser um documento para o Conselho Nacional de Saúde trabalhar nos próximos quatro anos. Mas o que tem acontecido desde a 11ª CNS é que sai um número muito grande de propostas que não tem conseguido

estabelecer um conjunto enxuto de diretrizes. Pelo contrário: temos feito relatórios cada vez maiores. Se, de um lado, essas propostas são detalhadas, de outro, perdemos na síntese política. Fazemos um relatório muito grande e de difícil operacionalização”, disse, propondo uma solução. “Depois da Conferência, minha proposta é fazer a síntese do relatório para termos um documento mais político”.

Para Maria Helena Machado, a ausência de diálogo fez com que a 13ª perdesse o caráter nacional. “Esta Conferência não está, a meu ver, tendo aquela perspectiva nacional, de ver o Sistema Único de Saúde como um todo. E isso tem a ver com uma forma, que eu não sei bem a razão, autoritária e pouco dialógica estabelecida aqui. Acho que a Conferência está perdendo um bom momento para discutir os nossos problemas, que são muitos. Penso que deveríamos ter aproveitado esses dias para que os estados e municípios conversassem entre si e buscassem saídas para todo o país. Acho que isso não está acontecendo”, opina. ■



Manifestantes cobram debate

Alunos da Unimontes fazem campanha de prevenção da osteoporose

Estudantes de Radiologia promovem atividades para informar população sobre a doença

Na manhã do dia 5 de agosto, o Parque Municipal Milton Prates foi palco de uma grande campanha de prevenção da osteoporose. A idéia foi dos alunos do primeiro módulo do curso Técnico em Radiologia Médica – Radiodiagnóstico da Escola Técnica de Saúde do Centro de Ensino Médio e Fundamental da Unimontes (MG) e faz parte do Projeto Integrado, atividade curricular de 60 horas prevista para os dois módulos do curso. “A prevenção dessa doença está intimamente ligada ao trabalho dos técnicos em radiologia, já que o principal exame para a sua detecção, a densitometria óssea, é uma das competências desses profissionais”, diz Iza Cotrim, coordenadora do projeto.

De acordo com o aluno Genivaldo Miranda, a escolha do tema para o projeto se deu após debates entre a turma e os professores da Escola. “Optamos pela osteoporose porque, além de ser um assunto ligado à Radiologia, há uma necessidade grande de abrir os olhos da população em relação a essa doença. Muitas pessoas não têm ainda a consciência de como é importante preveni-la”, explica.

Segundo dados da ETSUS, a osteoporose atinge hoje mais de 10 milhões de brasileiros, e causa dor, de-



Osteoporose é tema da peça teatral apresentada por técnicos da Unimontes

formação, facilidade para fraturas e até mesmo risco de morte. Como não existe cura para a doença, devem ser priorizadas as ações preventivas, o diagnóstico e o tratamento precoce. A prevenção se dá com a boa alimentação e a prática de exercícios, e foi esse o foco da campanha realizada no parque.

Os alunos distribuíram panfletos com material educativo e fizeram uma apresentação de teatro. Houve também ações recreativas e atividades físicas orientadas por estudantes de educação física da ETSUS da Unimontes, convidados pelos alunos de Radiologia. No estande montado pela exposição ainda foram servidos leite, iogurte e queijo, para lembrar que o cálcio previne o enfraquecimento dos ossos. Segundo Iza Cotrim, o parque foi o lugar ideal para a culminância do projeto. “Nosso público-alvo vai desde crianças até idosos. O parque foi escolhido como local para a campanha por conta disso: é o espaço da família, onde encontramos pessoas de todas as idades”, afirma.

Para a aluna Maíra Duarte, que passou a manhã convidando pessoas para fazer as atividades físicas propostas, o parque foi realmente o lugar ideal. “O público estava bem dividido: havia muitas crianças mas também pessoas mais velhas e jovens. Acho que alcançamos nosso objetivo”, diz.

O planejamento da campanha durou seis meses. “Assim que nosso tema ficou decidido, partimos para a escolha das atividades a serem realizadas”, conta Genivaldo. Os 36 alunos se dividiram em equipes, de acordo com suas preferências e aptidões, e ficaram responsáveis pelas diferentes áreas: a

confeção dos fôlderes educativos, a organização do grupo teatral e a distribuição dos alimentos.

Genivaldo fez parte do grupo de teatro, que apresentou uma peça baseada no seriado ‘Chaves’. De acordo com ele, o resultado foi bastante satisfatório. “Falamos sobre a doença através dos personagens da série. Foi ótimo, porque conseguimos chamar a atenção de quem passava no parque e, o mais importante, envolver quem assistia. No fim da peça, muitas pessoas vieram conversar com os atores, para fazer perguntas e pedir panfletos”, diz.

Iza acredita que um dos grandes méritos do Projeto Integrado é promover uma aproximação entre a população e os futuros técnicos, que exercitam o trabalho em equipe, o acolhimento e a comunicação. Genivaldo concorda. Para ele, participar do projeto fez com que os alunos percebessem o papel da humanização do seu trabalho. “A atividade do radiologista é feita em uma área muito fechada e é comum o profissional pensar que seu trabalho é apenas fazer o exame. Fazendo essa campanha, vimos o quanto é importante nos aproximarmos das pessoas, estabelecermos diálogos e transmitirmos conhecimento”, reflete. ■



Atendimento no estande montado no parque pelos alunos da ETSUS

ETIS comemora seu 18º aniversário e realiza VIII Feira de Saúde e Arte

A Escola de Formação Técnica em Saúde Enfermeira Izabel dos Santos (ETIS/RJ) completou, em 1º de novembro, o seu 18º aniversário. Este ano, além da cerimônia de comemoração e da já tradicional Feira de Saúde e Arte, a ETSUS contou com uma programação especial, pois declarou 2007 o Ano Izabel dos Santos. “Achamos interessante dedicar o ano em que comemoramos a nossa maioridade à enfermeira que dá nome à escola e que sempre foi tão importante para a educação profissional”, explica a diretora da Escola, Sonia Alves.

Izabel dos Santos, hoje aos 81 anos de idade, dedicou grande parte da sua vida a projetos de qualificação dos profissionais técnicos na área da saúde, como o ‘Projeto Larga Escala’ e o ‘Projeto de Profissionalização dos Trabalhadores da Área de Enfermagem’ (Profae). “Os trabalhadores de nível médio levaram muito tempo até serem reconhecidos como profissionais realmente qualificados. Izabel dos Santos assumiu essa luta. Hoje, ainda acumula conhecimento na área, estuda os programas de qualificação e continua defendendo suas propostas”, conta Sonia.

As comemorações tiveram início em 27 de junho, quando o cantor e compositor Roberto França participou de um sarau literário. Entre agosto e outubro, aconteceu um ciclo de palestras na Escola – o ‘Conversa em movimento’ – aberto à comunidade e com cerca de 110 pessoas inscritas. Alguns dos temas abordados foram ‘Aspectos do setor Saúde como requisito da Educação Profissional’, apresentado pela doutora em Saúde Coletiva

Tereza Christina Varella; ‘História da Educação no Brasil’, com a doutora em Educação Sonia Rummert; ‘Educação Profissional e Mundo do Trabalho’, com a socióloga Neise Deluiz; ‘Práticas Educativas e Cidadania’, abordadas pela professora Milta Torrez, da Escola Nacional de Saúde Pública (Ensp/Fiocruz); e ‘Desafio Curricular para as Áreas Profissionais de Saúde e Educação’, com a mestre em educação Regina Romano.

No dia 8 de novembro, a ETSUS comemorou seu aniversário numa solenidade em que foram entregues os Prêmios Izabel dos Santos. As equipes técnica, pedagógica e administrativa da Escola selecionaram 30 personalidades para receber um diploma de reconhecimento e uma medalha. Segundo a diretora, a escolha foi feita com base na importância que essas pessoas têm na história da educação profissional no Brasil. Dentre aqueles que receberam o prêmio estão José Paranaçu, da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS); Ena Galvão, coordenadora de ações técnicas do Departamento de Gestão da Educação da Secretaria de Gestão do Trabalho e Educação na Saúde (Deges/SGTES/MS) e coordenadora geral da Rede de Escolas Técnicas do SUS (RET-SUS); André Malhão, diretor da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz); Mário Dal Poz, da Organização Mundial da Saúde (OMS); e Laura Tavares, do Ministério da Saúde. Foram também premiados personagens importantes para fundação da Escola, entre eles, Milta Neire e Rosimary Nascimento.

A cerimônia contou com a presença de alunos e de convidados, como o presidente do Conselho dos Secretários Municipais de Saúde do Rio de Janeiro (Cosems/RJ), Valter Ribeiro, e a subsecretária de desenvolvimento do sistema de saúde, Ana Schneider, que representou o secretário estadual de saúde.

No dia 9, a Escola abrigou a VIII edição da sua Feira de Saúde e Artes, com 18 tendas de serviços públicos montadas pelas 26 instituições parceiras. Esse ano, a feira teve duas novidades: a ETSUS montou um bazar beneficente destinado a uma instituição de idosos e trouxe ao público a possibilidade de pedir, gratuitamente, a segunda via de documentos. Além disso, os 2.800 visitantes tiveram acesso a demonstrações da Defesa Civil sobre primeiros socorros, puderam medir sua pressão arterial e fazer exames de glicemia e colesterol, assistiram a palestras sobre saúde e tiveram atendimento de estética e massoterapia. Houve também a apresentação de um grupo de dança e de uma dramatização com o grupo de teatro da Escola: a companhia ‘Nós da ETSUS’, formada exclusivamente por alunos e trabalhadores da ETIS, que encenou a peça ‘A vida de Izabel dos Santos’.

Para realizar a feira, a Escola contou com o apoio das secretarias estadual e municipal de saúde, da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e da Fundação Nacional de Saúde (Funasa). De acordo com Sonia Alves, a equipe técnica e os alunos também foram fundamentais, e participaram de todas as atividades.

ETSUS Bahia promove I Feira Interativa de Saúde

A Escola de Formação Técnica em Saúde Professor Jorge Novis (EFTS/BA) realizou, no dia 28 de setembro, sua I Feira Interativa de Saúde, com o tema ‘Hipertensão Arterial e Diabetes Mellitus’. Os 28 alunos do curso Técnico em Enfermagem passaram o dia prestando serviços aos funcionários da própria Escola.

Segundo a coordenadora de ensino Marta Pinillos, as atividades exercidas foram aquelas que os técnicos já desenvolvem dentro das equipes do Programa Saúde da Família (PSF): teste de glicemia capilar, aferição de pressão arterial, verificação do índice de massa corpórea e conversas sobre essas doenças e sobre as formas de preven-

ção. “O objetivo dessa feira, que faz parte da área de conhecimento ‘Clínica Médica II’, é desenvolver a capacidade de os alunos interagirem com a comunidade. Eles fizeram também palestras, dramatizações e rodas de conversa, para tirar dúvidas do público sobre as enfermidades”, diz Marta.

ESP-MG promove II Seminário Mídia e Saúde Pública

Aproveitando a comemoração do Dia Mundial da Paz, em 21 de setembro, a Escola de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais (ESP-MG) realizou, nos dias 24 e 25, o II Seminário Mídia e Saúde Pública, cujo tema foi 'Comunicação em Saúde pela Paz'. O evento contou com 150 participantes, em sua maioria psicólogos, assessores de imprensa da área de saúde e estudantes do curso de Comunicação e Saúde oferecido pelo Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica (Icict), da Fiocruz. Estiveram presentes também representantes do Conselho Nacional de Saúde (CNS) e da Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte.

Durante o seminário, muitos palestrantes falaram de temas ligados à violência. A pesquisadora do Centro Latino-americano de Estudos em Violência e Saúde Jorge Careli, da Escola Nacional de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz (Claves/Ensp/Fiocruz), Kathie Njaine, apresentou uma palestra sobre 'Mídia e Violência'. As "meninas da paz", um grupo de agentes comunitárias de saúde (ACS) do município de Heliópolis, falaram sobre o projeto Vacina da Paz, que leva mensagens de não-violência às suas comunidades. Já Rose Inojosa, da Rede Gandhi, vinculada ao Conselho Nacional dos Secretários Municipais de Saúde (Conasems), falou sobre 'Saúde, cultura de paz e não-violência', destacando a necessidade do diálogo permanente nas práticas em saúde pública.



Palestra do Dr. Antonio Joaquim

O coordenador-geral do 'Doutores da Alegria', Wellington Nogueira, falou sobre 'Acolhimento e Saúde', baseado na sua experiência na ONG, que há 16 anos trabalha com crianças hospitalizadas. De acordo com Wellington, o acolhimento e o contato com a "besteirologia" ajudam no tratamento das crianças.

Houve ainda outras oito palestras: 'Saúde e Meio Ambiente', com o coordenador do Projeto Manuelzão, Apolo Lisboa; 'Mobilização social e comunicação em prol da amamentação, paternidade e Mãe Canguru', com o médico Marcos Renato de Carvalho, especialista em aleitamento

que mantém há 11 anos o site www.aleitamento.com; 'Judicialização da Saúde', com o coordenador do Centro de Apoio Operacional dos Promotores de Justiça de Defesa da Saúde (CAO-Saúde) do Ministério Público de Minas Gerais, Antônio Joaquim Fernandes; 'Mídia e Controle Social', com o professor Valdir Castro, da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais (FAFICH-UFMG); 'Hospital Alegre', com a assessora de comunicação da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais (Fhemig), Christina Marândola; 'Comunidades virtuais e popularização da saúde', com o pesquisador Nilton dos Santos; e 'Medicamentos e mídia', com a pesquisadora Marilene do Nascimento. Foram organizadas rodas de debate entre os palestrantes, com participação do público, em que foram discutidas as relações entre mídia e saúde.

O Seminário também abriu espaço para o lançamento do livro 'Rádio Favela escuta a mulher', de Marisa Tejera, sobre o programa 'Encontro com o feminino', que ela apresenta na Rádio Favela, de Belo Horizonte. A publicação será distribuída em diversas instituições de ensino, como a ESP-MG, o Hospital Maternidade Escola da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e a Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP). O encerramento do seminário ficou por conta da peça 'A revelação', sobre a dengue, realizada pela companhia de teatro 'Saúde em cena'.

ETSUS Blumenau se prepara para iniciar curso de Cuidador de Idoso

A Escola Técnica de Saúde de Blumenau (SC) está participando – junto com mais cinco ETSUS – do projeto piloto para a qualificação do cuidador de pessoas idosas com dependência. O curso, que será coordenado por Kátia Brasil e Teresinha Nogueira, só deve começar em fevereiro de 2008, mas a ETSUS já começou a capacitação técnico-pedagógica de 23 docentes.

Em setembro e outubro deste ano, duas das três etapas desse processo foram realizadas. Na primeira, o grupo discutiu as atribuições dos docentes e

participou de atividades de integração. Na segunda, os profissionais contaram com a presença da coordenadora pedagógica da Escola Técnica de Saúde Enfermeira Izabel dos Santos (ETIS/RJ), Maria Regina Pimentel.

Ela falou sobre a metodologia problematizadora, que será usada no decorrer do curso. De acordo com Kátia Brasil, essa é a metodologia que a Escola costuma adotar: "Trata-se de partir da vivência, da realidade dos alunos, para construir os conceitos", explica.



Capacitação técnico-pedagógica

Pacto pela Saúde é discutido na ESP-MG

A Escola de Saúde Pública de Minas Gerais (ESP-MG), em parceria com a Secretaria de Estado da Saúde (SES), realizou, entre 18 e 20 de outubro, o Seminário 'Regulação e o Pacto pela Saúde'. Voltado a gestores e profissionais da saúde e advogados, o evento buscou divulgar as estratégias de regulação do setor em Minas Gerais e discutir o Pacto pela Saúde – um conjunto de reformas institucionais do Sistema Único de Saúde pactuado entre a União, os estados e os municípios para aumentar a eficiência do sistema. Outra discussão foi apresentar as razões jurídicas que levam à necessidade da regulação estatal.

No dia 18, o doutor em Direito Sanitário Fernando Aith falou sobre 'Os fundamentos filosófico-jurídicos da regulação estatal no estado democrático'. No dia 19, houve quatro palestras com funcionários da SES: durante a manhã, o superintendente de assistência farmacêutica, Augusto Guerra Júnior, apresentou o tema 'A regulação em saúde no âmbito da Assistência Farmacêutica – a política Nacional e Estadual de Assistência Farmacêutica' e o coordenador do Programa de Medicamentos de Alto Custo, Wender Anderson Andrade, apresentou o programa que integra.

A tarde começou com a superintendente de regulação, Myriam Coelho, apresentando 'A experiência da regulação em saúde na SES-MG'. Em seguida, o superintendente de atenção à Saúde, Marco Antônio Mattos, falou sobre 'Regulação das práticas médico-assistenciais: o desenvolvimento de protocolos médicos e diretrizes clínicas'.

O último dia contou com mais quatro palestras: 'O pacto pela saúde e o pacto pela gestão' e a coordenadora do Núcleo Estadual de Contratos Assistenciais, 'Experiência de contra-tualização e regulação das relações entre as três esferas de governo', 'A experiência da Agência Nacional da Saúde: SUS e o Sistema de Saúde Suplementar e os desafios da articulação e da regulação', e 'A experiência da Anvisa: regulação do mercado e controle de riscos à saúde'.

ETESB no Dia da Qualidade de Vida



Equipe da ETSUS com o secretário de estado da saúde

A Escola Técnica de Saúde de Brasília participou, em 23 de setembro, do 'Dia da Qualidade de Vida', promovido pelo Instituto Brasileiro de Qualidade de Vida (IBQV) em parceria com diversos segmentos dos setores público e privado. Durante o evento, realizado no Parque da Cidade, foram distribuídos folhinhos

elaborados por órgãos públicos e alunos da Escola. Além do material educativo, havia uma equipe de enfermeiros, cirurgiões-dentistas e nutricionistas da ETSUS oferecendo orientação sobre nutrição saudável, controle da pressão arterial, prevenção de diabetes e saúde bucal.

Unimontes no 'Programa Cidadão Rural'

A Escola Técnica de Saúde do Centro de Ensino Médio e Fundamental da Unimontes, em Minas Gerais, fez parte do 'Programa Cidadão Rural' em Itacarambi, no último domingo de agosto. O evento foi promovido pela prefeitura do município, em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural de Minas Gerais (Senar Minas) e com o Sindicato dos Produtores Rurais de Januário.

A participação da ETSUS ficou por conta das atividades desenvolvidas pelos 40 alunos do curso Técnico em Higiene Dental (THD) do núcleo descentralizado de Itacarambi. Orientados pelos professores, eles passaram o dia mostrando à comunidade a importância de promover a saúde bucal: fizeram escovação supervisionada com distribuição de escovas dentais e dentifrícios,

deram palestras sobre cáries e higiene bucal e realizaram oficinas educativas com as crianças.

Segundo o coordenador do curso de THD, Dr. Nilo Pinto, o resultado não poderia ter sido melhor. "Foi a primeira vez que se realizou esse tipo de programa na região, e nosso trabalho foi muito elogiado. Para os alunos, foi uma experiência importante. Eles puderam conhecer a realidade rural, interagir com a comunidade e colocar em prática aquilo que aprenderam durante a primeira parte do curso, voltada para a prevenção".

O programa foi voltado aos moradores de Várzea Grande, Caraíbas, Vila Florentina, Serraria, Junco, Remanso, Ilha do Capão, Brejo Santana e Fabião. Eles também tiveram acesso a outros serviços, como consultas médicas, corte de cabelo e exame de vista.